



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho

133

HABEAS CORPUS Nº: 0198424-1

COMARCA : Belém de Maria - Vara Única
IMPETRANTE : Júlia Costa Batista da Silva
PACIENTE : James Barreto Freitas
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

5257
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. PRISÃO EM FLAGRANTE. ESTELIONATO NA FORMA TENTADA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO EM CONCURSO MATERIAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. MATÉRIA JÁ ANALISADA PELA TERCEIRA CÂMARA NO HABEAS CORPUS Nº 0198412-1. PEDIDO PREJUDICADO.

I - Evidenciada a análise do mesmo pedido por esta Terceira Câmara, inclusive tendo sido os autos apensados, o presente *mandamus* deve ser julgado prejudicado, nos termos do art. 659 do CPP.

II - Pedido Prejudicado. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de Habeas Corpus nº **0198424-1**, no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em julgar prejudicado o pedido**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



HABEAS CORPUS Nº: 0198424-1

134

COMARCA : Belém de Maria - Vara Única
IMPETRANTE : Júlia Costa Batista da Silva
PACIENTE : James Barreto Freitas
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO:

Trata-se de *habeas corpus* liberatório, com pedido liminar, impetrado pela Advogada **JÚLIA COSTA BATISTA DA SILVA**, em favor de **JAMES BARRETO FREITAS**, preso em flagrante em 12.02.2009, pela prática dos delitos tipificados no art. 171, *caput*, (estelionato) c/c art. 14, II (tentativa) e art. 297 (falsificação de documento público), todos do Código Penal, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Belém de Maria/PE (processo nº 480.2009.000156-0).

Postula a impetrante a concessão da liberdade provisória do paciente aduzindo falta de fundamento para a manutenção da custódia cautelar e condições pessoais favoráveis (fls. 02/12).

Em despacho de fls. 29/30, o eminente Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio determinou a redistribuição do feito, por prevenção, em face do Habeas Corpus nº 0198412-1, anterior a este, referente a mesma Ação originária de nº 480.2009.000156-0, de minha relatoria.

No referido Habeas Corpus, de nº 0198412-1, foi determinado o apensamento do presente Habeas Corpus, que possui o mesmo Paciente e a mesma causa de pedir, inclusive as petições iniciais têm o mesmo teor.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho Filho



VOTO

135

Examinadas cuidadosamente as razões da impetração e comparando-as com a decisão, ora impugnada, da autoridade dita coatora, o Juízo da Vara Única da Comarca de Belém de Maria, vejo que o pedido se encontra prejudicado.

O presente *mandamus* foi apensado aos autos do Habeas Corpus nº 0198412-1, devido à identidade de partes, objeto, e pedido.

No referido Habeas Corpus, julgado hoje por esta Terceira Câmara Criminal, o ordem foi denegada por unanimidade, afastando-se a alegação de constrangimento ilegal sofrida pelo Paciente que se manteve preso durante todo o Processo e, ao final, foi condenado à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão.

Deste modo, já tendo sido analisado o pedido constante no presente *mandamus*, deve o mesmo ser julgado prejudicado, nos termos do art. 659 do CPP.

Ante todo o exposto, julgo prejudicado o pedido.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator